



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da Presidência

229

RECURSO ADMINISTRATIVO nº 0162616-6
RECORRENTE : JAIME ALCÂNTARA WANDERLEY
RECORRIDO : EXMO. SR. DES. PRESIDENTE TJPE
RELATOR : EXMO. SR. DES. PRESIDENTE TJPE
CORTE ESPECIAL

EMENTA - ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. EX-SERVIDOR DE CARTÓRIO NÃO OFICIALIZADO. LICENÇA PRÊMIO. CONVERSÃO EM PECÚNIA. IMPOSSIBILIDADE.

- 5684
- I. O pagamento em pecúnia de licença prêmio é direito assegurado, exclusivamente, a servidor público *stricto sensu*, ou seja, incapaz de alcançar o regime ao qual a Recorrente se encontrava vinculado (serventia não oficializada), antes do enquadramento à categoria de servidor.
 - II. Recurso Administrativo não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de RECURSO ADMINISTRATIVO Nº0162616-6, em que figura como recorrente JAIME ALCÂNTARA WANDERLEY, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em NEGAR provimento ao recurso administrativo, tudo na conformidade do incluso voto e ementa, que passam a integrar este julgado.

Recife, 10/05/2010


Des. José Fernandes de Lemos
Presidente



230

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**RECURSO ADMINISTRATIVO nº 0162616-6
RECORRENTE : JAIME ALCÂNTARA WANDERLEY
RECORRIDO : EXMO. SR. DES. PRESIDENTE TJPE
RELATOR : EXMO. SR. DES. PRESIDENTE TJPE
CORTE ESPECIAL**

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso administrativo com pedido de reconsideração, onde Jaime Alcântara Wanderley, aposentado, ex-tabelião e escrivão do foro extrajudicial (Escrevente do 2º Ofício da Comarca de Água Preta), pleiteia a reforma da decisão que denegou o reconhecimento do tempo de serviço que teria prestado junto ao 2º Ofício da Comarca de Água Preta, para efeitos de conversão em pecúnia de dois decênios de licença prêmio não gozada.

A Diretoria de Recursos Humanos informou que o Recorrente foi aposentado, a pedido, pelo Ato nº 251/92, de 30.04.1992, no cargo de Tabelião e Escrivão do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Água Preta.

Relata, ainda, que o Presidente deste Tribunal à época, concedeu ao Recorrente a conversão em pecúnia de um período de licença prêmio, relativo ao primeiro decênio.

Apenso aos presentes autos, os procedimentos administrativos de números 234/02 - CJ, 732/00, 612/00, 376/95, 027/96, 735/01 - CJ e 9406196-8 TCE.

É o Relatório.

Recife, 10 de MAIO de 2010


Des. José Fernandes de Lemos
Presidente TJPE



231

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

RECURSO ADMINISTRATIVO nº 0162616-6
RECORRENTE : JAIME ALCÂNTARA WANDERLEY
RECORRIDO : EXMO. SR. DES. PRESIDENTE TJPE
RELATOR : EXMO. SR. DES. PRESIDENTE TJPE
CORTE ESPECIAL

VOTO

Pretende o ex-servidor do foro extrajudicial, Sr. Jaime Alcântara Wanderley, a reforma da decisão que denegou o seu pedido reconsiderativo e, conseqüentemente, o reconhecimento do direito ao tempo de serviço que teria prestado junto ao 2º Ofício da Comarca de Água Preta, para efeitos de conversão em pecúnia de dois decênios de licença prêmio não gozada.

Aduz o Postulante, que teve deferida a conversão em pecúnia de licença prêmio não gozada, referente apenas ao primeiro decênio, das três que teria direito.

Verifico que no processo nº 234/02, anexo aos autos, nas fls. 56 a 59, o Desembargador Presidente, à época, autorizou a conversão em pecúnia da 1ª licença prêmio do recorrente, baseado em decisão da Corte Especial deste TJPE, contido nas fls. 09 a 15: *"Decisão: Por maioria de votos, deu-se provimento parcial ao recurso, para afastar o tempo de licença prêmio para aposentadoria, não sendo válida a contagem em dobro."*

Dessa decisão, entende-se que foi apreciada a contagem da licença prêmio em dobro para aposentadoria, não interferindo no mérito da questão, que seria a conversão da licença prêmio em pecúnia. Assim, entendo que não houve apreciação do objeto recorrido.

É de sabença universal que os notários e os oficiais de registro, exercem função pública delegada (*ex-vi*, Art. 236 da Constituição Federal c/c o Art. 246 da Constituição Estadual).

Portanto, tais serventuários encontram-se submetidos à disciplina estabelecida pelas Corregedorias de Justiça, estruturam-se em car-



232

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

gos criados por lei, tem hierarquia funcional; exercem funções públicas, ainda que não se inscrevam dentre as típicas do Estado, somente poderão ingressar na atividade após aprovação em concurso público de provas e títulos. Entretanto, sua remuneração decorre das custas e emolumentos.

A decisão recorrida tomou como fundamento o fato que, à época, era o recorrente, serventuário do extrajudicial.

Era, portanto, servidor *latu sensu*, e como tal, não se pode onerar o erário público, forçando-o a estender direitos inerentes aos servidores públicos, a uma atividade extrajudiciária da qual os seus integrantes não recolhem aos cofres públicos nenhum tipo de contribuição específica, não gerando, desta feita, qualquer benefício ou vantagem.

Dessa forma, por não se enquadrar na situação prevista no art. 112, da Lei Estadual nº 6.123/68 (Estatuto dos Servidores Públicos), não tem o Recorrente direito à conversão em pecúnia, em razão da contagem de tempo de serviço prestado à escrivania não oficializada, pois prestava, o recorrente, serviços de natureza privada, junto ao cartório.

Posto isso, não vislumbro possibilidade legal para acatar o pedido requerido e voto pelo improvimento do presente Recurso Administrativo.

Recife, 10 de MAIO de 2010


Des. José Fernandes de Lemos
Presidente TJPE